Um exercício de cruzamento de fontes: identificação de uma família emigrante do Concelho de Guimarães (1903-1913)

Carmen Alice Aguiar de Morais Sarmento Cunha
Cepese

No âmbito do Curso de Mestrado em História das Populações, concluído em 1997, na Universidade do Minho, decidimos dirigir a nossa investigação para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil, não sob o ponto de vista quantitativo ou de análise macroscópica do fenómeno, mas numa perspectiva de microanálise demográfica que, através do cruzamento de fontes demográficas e fontes de emigração, permitisse a identificação completa do indivíduo emigrante e do seu contexto familiar e elaborar um quadro sucessivamente enriquecido do fenómeno emigratório e dos seus agentes.

O estudo antropológico de "histórias de casos" permite definir o perfil do emigrante, o seu contexto familiar, os condicionalismos e motivações familiares, constituindo uma abordagem inovadora do fenómeno da emigração legal portuguesa para o Brasil, sobretudo no que diz respeito à emigração familiar e ao reagrupamento familiar.

A análise agregada do fenómeno da emigração não o explica cabalmente. Os estudos que começam a dar frutos e num futuro nos trarão novas luzes sobre o fenómeno em causa passam necessariamente pela microanálise das comunidades, do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do indivíduo emigrante. Cada comunidade é um microcosmos com uma dinâmica e uma lógica próprias. Cada família, como grupo afectivo, social, econó-

mico, tem diferentes respostas comportamentais a idênticas solicitações. As relações entre família e emigração permanecem ainda obscuras.[1] É necessário ponderar o lugar da emigração familiar como uma vertente ainda mal conhecida e só pesquisas de âmbito local nos poderão ajudar.[2]

METODOLOGIA E FONTES CONSULTADAS

Através do cruzamento de fontes de emigração como os *Registos de Passaporte* e os *Processos de Pedido de Passaporte* com fontes demográficas como os *Registos Paroquiais de Nascimento e Casamento*, e *Róis de Desobriga*, focamos a nossa pesquisa microanalítica sobre um grupo familiar que, de 1903 a 1913, emigrou das terras de Guimarães para o Brasil.

Os *Registos de Passaporte*, existentes no Arquivo do Governo Civil de Braga, com a sua informação seriada e completa, permitiram-nos a criação de uma base de dados com todos os indivíduos naturais e/ou residentes no concelho de Guimarães, que solicitaram passaporte para o Brasil, no período de 1890-1914, o que nos permitiu estudar a corrente emigratória do referido concelho no referente às variáveis sexo, idade, estado, profissão, naturalidade, destino, alfabetização, passaportes individuais e colectivos e composição dos passaportes colectivos.

Esta base de dados de emigrantes, em que a filiação completa só é referida, praticamente, no caso de menores de idade, foi depois completada com a informação nominal fornecida pelos *Processos de Pedido de Passaporte* guardados no Arquivo Distrital de Braga que nos permitiu, na grande maioria dos casos por nós estudados, completar e confirmar os dados de identificação familiar. Esta fonte, fornecendo os nomes de pais e avós, e o nome dos cônjuges, constantes dos assentos de baptismo ou dos assentos de casamento apensos, esclareceram relações de parentesco, propiciando a detecção e avaliação das partidas em família e do reagrupamento familiar. Mesmo partindo com

---

1 ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros*: emigração e retorno no Porto Oitocentista. Porto: [s.n.], 1994. p. 12-3, 26.

2 PEREIRA, Miriam Halpern et al. (Ed.). *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos,1993. p. 9, 13.

passaporte individual, em datas diversas e declarando nomes de família diferentes, foi possível identificar irmãos e irmãs, maridos e respectivas esposas, tios, sobrinhos, primos que foram partindo ao longo dos anos para o Brasil.

As *Cartas de Chamada* apensas ao Processo de três menores e ao Processo de uma mulher casada foram fontes preciosas para avaliar a importância das relações de compadrio, amizade e vizinhança na organização da partida, no acompanhamento em viagem e na chegada ao Brasil.

Os *Registos Paroquiais* de casamento e de nascimento das freguesias de S. Martinho de Candoso e os de nascimento de S. Cristovão de Selho, paróquias do Concelho de Guimarães, permitiram-nos fazer a reconstituição de uma família partindo da data de casamento e pesquisando os filhos nascidos nas duas freguesias, confirmando o seu nome e idade. Os Registos Paroquiais de casamento da freguesia de Gondar foram consultados para atestar o matrimónio de um emigrante que pediu por duas vezes passaporte colectivo com esposas diferentes.

Os *Róis de Desobriga*, ou *Róis de Confessados*, listas anuais de moradores de uma paróquia, organizados por lugares e fogos, ajudaram-nos a localizar uma emigrante na paróquia de nascimento – S. João de Ponte – e, posteriormente, na paróquia de residência – Nossa Senhora da Oliveira –, seguindo, assim, o seu percurso de vida, embora fragmentário, conhecendo a composição do seu quadro familiar no momento em que solicita passaporte e confirmando a sua saída da paróquia.

UM CASO EXEMPLAR DE REAGRUPAMENTO FAMILIAR

Entre 1890-1914, do Concelho de Guimarães, apenas dois jovens solteiros, menores de idade, solicitaram passaporte colectivo para o Brasil como titulares, levando na sua companhia irmãos. Um deles, António de Faria, de dez anos, vai com os irmãos Adriano de Faria, de oito anos e Aurora Rodrigues, de quatro anos. São todos naturais da freguesia de S. Cristovão de Cima de Selho, filhos de José de Faria e de Rosa Rodrigues, netos paternos de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida e netos maternos de José de Oliveira e

de Josefa Rodrigues. Os três irmãos, quando partem em 1912, não só se vão juntar aos pais mas vão, também, ao encontro de tios, tias e primos, irmãos do pai, respectivos cônjuges e filhos que, ao longo dos anos, foram partindo para o Brasil e de que a base de dados nos dá conta.

O pai José de Faria partira para o Brasil em 1909, com Registo de Passaporte de 22 de janeiro, data em que um grupo de dez emigrantes naturais e/ou residentes em S. Cristovão de Selho também solicitam passaporte, todos seus familiares:

- o irmão Casimiro de Faria, com passaporte individual;
- a irmã Rosa de Almeida com o marido José Rodrigues, o filho Armindo e a prima Rosa, dada como criada;
- o sobrinho Elviro de Almeida Faria e a esposa Joaquina Teixeira;
- Josefa Dias de Oliveira, esposa do primo Joaquim de Lemos, com as duas filhas Emília e Ana.

Rosa Rodrigues, esposa de José de Faria e mãe dos pequenos António, Adriano e Aurora, tecedeira, natural de Santa Cristina de Serzedelo, juntara-se ao marido em 1911 (ver Quadro 2).

O Processo de Passaporte dos três irmãos António, Adriano e Aurora, tem uma Carta de Chamada do pai, José de Faria, escrita do Rio de Janeiro, em maio de 1912, ao "Amigo e Compadre", não especificando o nome, solicitando-lhe para "mandar para ca us meus pequenos...", recomendando-lhe para não os meter "em vapor de carga...". José de Faria lembra ao compadre que podem os filhos "vir todos num passaporte...", pedindo-lhe o favor "de mus acompanhar ate o Porto e de lhe andar com us papeis que for precizos e meta tudo em contas...". José de Faria mostra-se preocupado com quem possa acompanhar os filhos e comunica ao compadre que tinham chegado cartas a anunciar que "us homens que estavo proximos a embarcar eu quereio que ellés que nao vem em antes do S. João mas a inda assim sempre me bou procatar...".

Terão os filhos partido na companhia de Domingos Ferreira, de 40 anos, seu irmão Manuel Ferreira, de 57 anos, e o filho deste, António Ferreira, de 11 anos, assim como de José Joaquim de Lemos, de 36 anos e de Augusto Gomes, de 11 anos? Todos eles eram vizinhos da freguesia de S. Cristovão de Cima do Selho e solicitaram passaporte no mesmo dia 22 de maio de 1912, com os números 1478, 1479, 1480 e 1481. Seriam estes "us homens que estavo proximos

a embarcar..." que José de Faria refere na Carta? Se assim foi, este facto configura as redes informais de solidariedade constituídas por vizinhos ou amigos da família que se disponibilizavam para acompanhar menores até ao Brasil.

José de Faria também participa ao compadre que "ca chegou u Domingos Fernandes nu dia 16 de maio, com 23 dias de viaje ja penssavo que não sahio mais de la para fora...". Este Domingos Fernandes, de 23 anos, juntamente com a esposa Bernardina de Almeida, de 19 anos, e o filho Joaquim, de um ano de idade, com passaporte colectivo de 22 de abril, eram também naturais e residentes em S. Cristovão de Selho e, talvez, parentes próximos, o que não foi possível confirmar por não termos o Processo de Pedido de Passaporte desta família. A experiência desagradável que eles viveram ao passar 23 dias em pleno oceano só com o céu por horizonte, leva José de Faria a recomendar ao compadre que meta "us pequenos nu vapor direto a comta de mais algum dinheiro..." e pede-lhe o favor "de se explicar bem com u horizonte...". E acaba a Carta ao Amigo e Compadre agradecendo muito a "a bunita lembrança..." que lhe tinham enviado e com a qual fez "um vello jantar e uma bôa sopa a Portugueza...". Só lamentava a falta do "bello berdasco...", confessando resignado que "nem tudo se pode lugrar do que se dezeija...".

Os pequenos António, Adriano e Aurora lá partiram, a perscrutar o horizonte em cada dia de viagem, ao encontro dos pais, dos tios, dos primos, de conhecidos que ao longo dos anos tinham abandonado a freguesia de S. Cristovão de Cima de Selho.

Depois da partida dos irmãos António, Adriano e Aurora, em junho de 1912, identificamos ainda outros três familiares que solicitaram passaporte em dezembro de 1912 e em janeiro de 1913 – o primo Joaquim de Lemos, filho dos tios António de Lemos e de Maria de Almeida, Laura da Conceição, filha dos tios Jerónimo de Faria e de Delfina da Conceição e Rosa da Conceição, prima de Laura pelo lado materno (Quadro 2).

O PAPEL DOS COMPADRES

Quem será o compadre a quem escreve José de Faria, que já lhe tratara da vinda da esposa Rosa e a quem remete para saldar a dívida "uma letra de Guia

de 160:000 mil reis e mais para u juros que passa assima do anno..." e a quem pede o favor "de por u outro que for precizo..." para a viagem dos filhos? Quem será o compadre a quem José de Faria participa que "a família toda esta bôa e lhe manda muitas lembranças e receba lembranças dos seus filhos e filhas..."?

Consultando os assentos de baptismo apensos ao Processo de Passaporte das três crianças, vimos que os padrinhos de Adriano, nascido em 1903, tinham sido os avós maternos, José de Oliveira e Josefa Rodrigues. Para além de Rosa Rodrigues mais nenhum filho ou filha deste casal foi por nós identificado na base de dados.

Os padrinhos de Aurora, nascida em 1907, foram os tios paternos Casimiro de Faria e sua mulher Emília Ribeiro, lavradores caseiros. Casimiro tem um registo de passaporte de janeiro de 1909 e encontrar-se-ia no Brasil.

Finalmente, os padrinhos de António, nascido em 1902, o filho mais velho e titular do passaporte, foram António de Lemos e a esposa Maria de Almeida, lavradores caseiros de S. Cristovão de Selho, respectivamente cunhado e irmã de Felícia de Almeida, mãe de José de Faria. Eram, portanto, tios-avós dos três jovens.

É provável que fosse o tio António de Lemos o compadre a quem José de Faria escreve, solicitando o embarque dos filhos António, Adriano e Aurora. António de Lemos e Maria de Almeida tinham assistido à partida de, pelo menos, três filhos por nós identificados, com toda a certeza, na base de dados: Augusto de Lemos, Joaquim de Lemos e Rosa. Quanto a Bernardina de Almeida, que partiu em abril de 1912, também seria filha de António de Lemos e de Maria de Almeida? A ausência do Processo não permitiu a identificação. Serão estes os filhos e filhas que enviam lembranças na carta de José de Faria?

Augusto de Lemos, de 24 anos, industrial de profissão, partira em 1904 com o passaporte n.º 708, de 27 de junho. Joaquim de Lemos, de 16 anos, empregado comercial, solicitara passaporte a 8 de agosto de 1904. Nesta mesma data pedem passaporte sua prima Rosa de Almeida, solteira, de 26 anos, irmã de José de Faria; Joaquim de Sousa, cunhado de Rosa de Almeida, casado com a irmã Joana de Almeida. E, ainda, João Manuel Alves Guimarães que, aparentemente, não teria ligações de parentesco com o grupo mas que foi identificado, posteriormente, como marido de Francisca Fernandes, através dos documentos apensos ao Processo de Pedido de Passaporte desta mulher que partirá ao encontro do marido, em finais de 1904.

Confirmou-se, por sua vez, que Francisca Fernandes era irmã de José Rodrigues que, tendo partido para o Brasil com o futuro cunhado Manuel de Faria, no início de 1904, irá casar no Rio de Janeiro com Rosa de Almeida. Este facto foi comprovado pelo assento de casamento passado no Rio de Janeiro, apenso ao respectivo Processo, quando este casal, tendo regressado a Portugal, solicita de novo passaporte a 22 de janeiro de 1909, levando consigo o filho Armindo, de um mês de idade, e a criada Rosa, de 11 anos.

Os assentos de baptismo anexos a este Processo de Pedido de Passaporte colectivo confirmaram que a esposa Rosa de Almeida era filha de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida e que a pequena Rosa, que vai como criada, é filha de António de Lemos e de Maria de Almeida, irmã de Felícia. Esta jovem Rosa de Almeida, de 11 anos, era, afinal, prima do casal que a acompanhou até ao Brasil e irmã dos jovens Augusto e Joaquim de Lemos acima referidos.

Quanto a Francisca Fernandes, de 25 anos, natural e residente em S. Cristovão de Selho, futura cunhada de Rosa de Almeida, recebera Carta de Chamada do marido João Manuel Alves Guimarães, escrita do Rio de Janeiro, a 23 de outubro de 1904 em que este manifesta: "estou morto por te cá ver por isso vai preparando a tua vida para embarcares a quando o compadre Gironymo ... não demores a escrever par eu ter tempo de te mandar dinheiro manda-me dizer em que mez embarca o compadre...".

Como vemos pelo Quadro 2, Francisca Fernandes vai partir, em finais de 1904, na companhia de Joaquim de Faria, da esposa deste, Delfina da Conceição, e das três filhas do casal, Maria, Rosa e Laura e, também, de Joana de Almeida, irmã da sua cunhada Rosa de Almeida, casada com seu irmão José Rodrigues.

Consultando a base de dados identificamos as datas de pedido de passaporte, por ordem cronológica, dos filhos de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida:

- Jerónimo de Faria, em março de 1903, com a esposa Rosa da Silva Mendes.
- Manuel de Faria, em janeiro de 1904.
- Rosa de Almeida, solteira, em agosto de 1904.
- Joaquim de Faria, em novembro de 1904, com a esposa Delfina da Conceição e as filhas Maria, Rosa e Laura.

- Joana de Almeida, em novembro de 1904.
- Jerónimo de Faria, em fevereiro de 1908, com a filha Maria da Conceição.
- Casimiro de Faria, em janeiro de 1909.
- José de Faria, em janeiro de 1909.
- Rosa de Almeida, em janeiro de 1909, com o marido José Rodrigues e o filho Armindo.

UM NOME FALSO E UMA FALSA ESPOSA

A análise cuidada dos documentos apensos aos Processos de Pedido de Passaporte existentes para todos estes indivíduos levou-nos a detectar uma incongruência grosseira. A 15 de novembro de 1904 a base de dados dá-nos conta de um passaporte colectivo em nome do titular Joaquim de Faria (nome que consta do Registo de Passaporte), da esposa Delfina da Conceição e de três filhas, Maria, Rosa e Laura, de nove,cinco e dois anos de idade.

Este Joaquim era filho de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida, mas todos os documentos apensos ao Processo pertenciam a Jerónimo de Faria.

Este facto causou alguma perplexidade, até porque ambos tinham a mesma idade. Seriam irmãos gémeos e teria havido troca de documentos? Teria Joaquim utilizado os documentos do irmão? E se Joaquim fosse, afinal, Jerónimo? A Carta de Chamada de Francisca Fernandes referia-se concretamente ao "compadre Gironymo" com quem deveria embarcar. Se assim fosse, a nossa base de dados dava-o casado com mulheres diferentes, pois de Jerónimo de Faria havia um passaporte de 1903, com a esposa Rosa da Silva Mendes e, agora, o de 1904, com Delfina da Conceição.

Resolvemos, por isso, fazer a reconstituição da família recorrendo aos Registos Paroquiais da freguesia de S. Martinho de Candoso onde Francisco de Faria e Felícia de Almeida se casam, a 7 de maio de 1865, para nos certificarmos da existência de Joaquim.

QUADRO 1 – Concelho de Guimarães – Reconstituição da família de Francisco de Faria e de Felícia ou Felicidade Maria de Almeida.

Filhos nascidos em S. Martinho de Candoso				
Nome	Antónia	José	Rosa	Jerónimo
Ano	1866	1868	1870	1872

Filhos nascidos em S. Cristovão de Selho			
Joana	Manuel	José	Casimiro
1874	1879	1880	1882

Os Registos de Baptismo confirmaram-nos o nascimento de Jerónimo, a 4 de maio de 1872, o 4.º filho do casal, depois de Antónia que nasce em 1866, José em 1868 e Rosa em 1870. No livro de Registos de Baptismo da freguesia de S. Cristovão de Selho, onde a família se vai instalar posteriormente, constam os nascimentos de Joana, em 1874, Manuel, em 1879, José em 1880 e Casimiro, em 1882.

Esta pesquisa foi facilitada pela informação obtida a partir dos assentos de baptismo apensos aos Processos dos irmãos de Jerónimo. Daí a nossa pesquisa cuidadosa nas referidas freguesias, onde não foi encontrado nenhum registo de nascimento em nome de Joaquim. Quanto ao Registo de Passaporte com nome falso, ou foi incúria do amanuense ou houve conluio para encobrir o Registo anterior de Jerónimo em que é dado como marido de Rosa da Silva Mendes.

Por sua vez, o Livro de Registos de Casamento da freguesia de Gondar confirmou-nos que Jerónimo de Faria casara com Delfina da Conceição, a 31 de março de 1894, ele com 24 anos, natural de S. Martinho de Candoso, tecelão, e ela, de 22 anos, tecedeira, natural da Pedome, concelho de Famalicão.

Pensamos que Jerónimo de Faria não terá partido com a falsa esposa Rosa da Silva Mendes, em março de 1903, porque esta solicita passaporte individual em setembro do mesmo ano. Em novembro de 1904, Joaquim, ou melhor, Jerónimo, pede passaporte colectivo com a família legítima. Este Processo de Passaporte tem apensa a cópia de um registo criminal, datado de junho de 1892, onde foi condenado a oito dias de prisão, pelo crime de ofensas corporais.

É de novo estranho que tendo-se passado este facto em 1892, nada constasse do registo criminal de Jerónimo apenso ao Processo de Passaporte de 1903 e constasse do processo de 1904. Também no Processo de 1903 não constava nenhuma cópia de assento de casamento, documento obrigatório em caso de passaporte colectivo de casal. Era, portanto, Jerónimo useiro e vezeiro em escamotear a verdade e contaria com a negligência ou a cumplicidade dos amanuenses que fechariam os olhos a situações irregulares ou a documentos omissos.

Também Rosa da Silva Mendes, a falsa esposa, tinha antecedentes criminais. O termo do registo criminal apenso ao Processo de passaporte de 1903 informa-nos que Rosa fora condenada, a 23 de julho de 1888, a cinco dias de prisão correccional, remíveis a 100 réis por dia, pelo crime de ameaça verbal.

Quem era esta Rosa da Silva Mendes? À data da condenação era solteira e de profissão costureira e residia na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da cidade de Guimarães. Consultando os *Róis de Desobriga* dessa freguesia, encontramos, no ano de 1888, Rosa, com 29 anos, integrada num agregado familiar da Rua de Santa Cruz. No ano seguinte já estava noutro agregado familiar da mesma freguesia. No Rol de 1889, Rosa aparece como criada de António Serafim Afonso Barbosa, de 56 anos, e de sua mulher D. Maria Augusta, de 62 anos, que viviam no fogo nº 37 do Postigo da Guia, juntamente com o filho João Afonso Barbosa, de 27 anos, casado com D. Josefina. Deveria tratar-se de uma família de comerciantes porque o agregado familiar integrava ainda três caixeiros.

Rosa permanece nesse fogo até 1891, ano em que aparece riscada do Rol. É este o ano em que temos notícia do seu primeiro passaporte.

A nossa base de dados revela-nos que, anteriormente a 1903, Rosa solicitara passaporte a 23 de dezembro de 1891 e de novo a 23 de agosto de 1895. O primeiro é um passaporte individual. O segundo passaporte é colectivo e integra um sobrinho de nome José, de nove anos de idade. A residência de Rosa da Silva Mendes indicada no Registo de Passaporte é agora em Caldelas, de onde é natural o sobrinho. Nas cópias dos assentos de baptismo respectivos apensos ao Processo, Rosa nasceu em S. João de Ponte, no lugar do Rio, a 19 de julho de 1859, filha de Manuel da Silva e de Joaquina Mendes. O sobrinho José nasceu a 14 de julho de 1886, em Caldelas, no lugar da Taipa, filho de Domingos da Silva, natural de S. João de Ponte e de Maria Rosa da Silva, natural de S. Clemente de Sande e recebidos em Caldelas. É neto paterno de Manuel da Silva e de Joaquina Mendes.

Procurando nos Róis de Desobriga de S. João de Ponte encontramos, em 1865, no lugar do Rio, um agregado familiar constituído pelo casal Manuel da Silva e Joaquina Mendes e o filho Domingos. Quanto a Rosa só é referida no agregado familiar no Rol de 1872. A partir de 1873 toda a família desaparece dos Róis de S. João de Ponte.

Se Rosa partiu rumo ao Brasil com o sobrinho José, em breve se lhe terá juntado o seu irmão Domingos, pai de José, que tem um Registo de Passaporte, a 14 de outubro de 1895. Não foram identificados mais parentes próximos de Rosa da Silva Mendes que tivessem emigrado para o Brasil entre 1890 e 1914.

Concelho de Guimarães – Emigrantes com destino ao Brasil – 1890-1914
Descendentes de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida.

Data passaporte	Tipo	Nome	Parentesco	Observações
13.03.1903	Col.	Jerónimo de Faria	Filho	Titular
13.03.1903	Col.	Rosa da Silva Mendes		Falsa esposa
18.01.1904	Ind.	Manuel de Faria	Filho	
18.01.1904	Ind.	José Rodrigues	Genro	Casa no Rio c/ Rosa de Almeida
27.06.1904	Ind.	Augusto de Lemos	Sobrinho	Fº de Antº Lemos e Mª Almeida
08.08.1904	Ind.	Rosa de Almeida	Filha	Casa no Rio c/ José Rodrigues
08.08.1904	Ind.	Joaquim de Lemos	Sobrinho	Fº de Antº Lemos e Mª Almeida
08.08.1904	Ind.	Joaquim de Sousa	Genro	Marido de Joana de Almeida
08.08.1904	Ind.	João M.l Alves Guim.s		Marido de Francisca Fernandes
15.11.1904	Col.	Joaquim de Faria	Filho	Titular com nome falso
15.11.1904	Col.	Delfina da Conceição	Nora	Esposa do titular
15.11.1904	Col.	Maria	Neta	Filha do titular
15.11.1904	Col.	Rosa	Neta	Filha do titular
15.11.1904	Col.	Laura	Neta	Filha do titular
17.11.1904	Ind.	Francisca Fernandes	Genro	Irmã de José Rodrigues
19.11.1904	Ind.	Joana de Almeida	Filha	
03.02.1908	Col.	Jerónimo de Faria	Filho	Titular
03.02.1908	Col.	Maria da Conceição	Neta	Filha do titular
22.01.1909	Ind.	Casimiro de Faria	Filho	
22.01.1909	Col.	Josefa Mª Dias de Olivª	Sobrinha	Titular espª de Joaquim de Lemos
22.01.1909	Col.	Emília	Sobrª neta	Filha da titular
22.01.1909	Col.	Ana	Sobrª neta	Filha da titular
22.01.1909	Col.	Elviro Almeida Faria	Neto	Titular Fº nat. de Antónia Almeida
22.01.1909	Col.	Joaquina Teixeira	Neta	Esposa do titular
22.01.1909	Ind.	José de Faria	Filho	Pai de António, Adriano e Aurora
22.01.1909	Col.	José Rodrigues	Genro	Titular
22.01.1909	Col.	Rosa de Almeida	Filha	Esposa do titular
22.01.1909	Col.	Armindo	Neto	Filho do titular
22.01.1909	Col.	Rosa	Sobrinha	Prima da esposa do titular
05.05.1911	Ind.	Rosa Rodrigues	Nora	Esposa de José de Faria
22.04.1912	Col.	Domingos Fernandes	Sobrinho ?	Titular
22.04.1912	Col.	Bernardina de Almeida	Sobrinha ?	Esposa do titular
22.04.1912	Col.	Joaquim	Sobrinho ?	Filho do titular
15.06.1912	Col.	António de Faria	Neto	Titular Fº de José de Faria
15.06.1912	Col.	Adriano de Faria	Neto	Irmão do titular
15.06.1912	Col.	Aurora Rodrigues	Neto	Irmã do titular
17.12.1912	Ind.	Joaquim de Lemos	Sobrinho	Fº de Antº Lemos e Mª Almeida
06.01.1913	Ind.	Laura da Conceição	Neta	Fª de Jerónimo de Faria
06.01.1913	Ind.	Rosa da Conceição		Prima materna de Laura

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda esta pesquisa foi facilitada pela informação muito completa apensa aos Processos de Passaporte, o que confirma a importância desta fonte para o estudo microanalítico do fenómeno emigratório. Na posse dessa informação nominal e uma vez completada a base de dados, conseguimos identificar com segurança os elementos da mesma família que, ao longo dos anos, foram partindo e se reuniram em terras brasileiras.

Com passaporte individual, partindo isolados ou em grupo, apesar da dificuldade que apresentam os nomes de família, estes indivíduos foram identificados como irmãos, filhos, esposas que vão ao encontro dos familiares anteriormente emigrados. Todo este imenso movimento de reencontro familiar só foi possível graças a um moroso e paciente trabalho de microanálise.

A reunificação familiar constituiu, sobretudo, uma estratégia de sobrevivência. O período áureo das remessas tinha acabado, o que comprometia irremediavelmente a sobrevivência da família em Portugal ou um retorno digno. A partida da família, em conjunto, ou por etapas, surgia como uma opção viável para contornar estas dificuldades.

Além disso, a existência de Cartas de Chamada enviadas pelos pais ou maridos a compadres, para tratar da partida de menores e de mulheres casadas e providenciar o seu acompanhamento na viagem, fez-nos compreender o alcance das relações de compadrio, de amizade e de vizinhança no movimento emigratório familiar.

É, sobretudo, nas Cartas de Chamada apensas aos Processos de Passaporte de menores, como no caso que estudamos, que mais se evidencia a importância das relações de compadrio que se estabeleciam na Igreja no momento em que um indivíduo, pertencente ou não à família por laços de sangue, passava a integrá-la como padrinho de um ou mais filhos do casal. Este parentesco espiritual, definido pelo Direito Canónico, criava uma solidariedade parental necessária e eficaz.[3] O padrinho assumia perante as leis de Deus e dos homens a função de um segundo pai da criança que supriria as suas necessidades na falta ou ausência do pai biológico e assumia uma importância tanto

3 FLANDRIN, J.-L. *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Lisboa: Ed. Estampa,1984. p. 27, 56.

maior quanto mais precária era a situação paterna. Quando o padrinho era um parente próximo, como um tio ou avô, a relação de compadrio prevalecia sobre os laços de sangue e fortalecia as solidariedades familiares. O parentesco espiritual tornava-se mais forte que o parentesco natural. Os pais do baptizado passavam a designar por compadre um cunhado, um tio ou até um sogro. A Carta de Chamada que um emigrante envia a sua mulher em fevereiro de 1913 é explícita neste ponto. Manda-a vir com um filho, de cinco anos. Quanto ao outro filho que fica em Portugal "o Abô que olhe por ele como afilhado...".

A abordagem microanalítica revelou particularidades do fluxo migratório não detectáveis se utilizássemos apenas o método de agregação dos dados quantitativos. O fio condutor foi sempre o nome. O estudo de casos, o procedimento por indícios, o cruzamento das fontes disponíveis fez emergir biografias, inevitavelmente fragmentárias e a rede de relações que as circunscrevem.[4] A limitação da pesquisa a um espaço geográfico-temporal preciso e o acesso a fontes locais específicas abrirão caminho à identificação rigorosa de famílias emigrantes, constituindo um ponto de partida para eventuais pesquisas dos seus percursos de vida em terras brasileiras.

---

4 GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 176.